

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; GUIMARÃES, L. A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. P.; SERRANO, S. A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399, 2012.

2) Resumo e Palavras-Chave – A proteção integral à infância encontra-se em reordenamento. Baseadas nas experiências do GIAAA- CINDEDI (Grupo de Investigação sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar e Adoção – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil), buscamos compreender a rede de significações que permeia as práticas de acolhimento familiar, institucional e adoção. Investigamos vários contextos e protagonistas: sistema judiciário, abrigos, mães e famílias de origem, de acolhimento e adotivas. Diversos procedimentos foram utilizados: investigações sócio-demográficas, estudos de caso, entrevistas, pesquisa documental nos abrigos e no Fórum, grupos de discussão. Ressaltamos achados comuns: “invisibilidade” da família de origem; frequente (re)violação da criança; falhas na Rede de Proteção; significações sobre “família saudável” e papel das concepções sobre apego que permeiam o campo. Implicações para políticas públicas e práticas sociais na área são discutidas.

Palavras-Chave: medidas de proteção; acolhimento familiar; acolhimento institucional; adoção; rede de significações.

3) Objetivo do estudo – Baseadas nas experiências do GIAAA- CINDEDI (Grupo de Investigação sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar e Adoção – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil), buscamos compreender a rede de significações que permeia as práticas de acolhimento familiar, institucional e adoção. Investigamos vários contextos e protagonistas: sistema judiciário, abrigos, mães e famílias de origem, de acolhimento e adotivas.

4) Tipo de pesquisa – Revisão bibliográfica de pesquisas realizadas pelo GIAAA.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Diversos procedimentos foram utilizados nas pesquisas analisadas: investigações sócio demográficas, estudos de caso, entrevistas, pesquisa documental nos abrigos e no Fórum, grupos de discussão.

7) Forma de análise dos dados produzidos/referencial teórico – não identificado.

8) Resultados / dados produzidos – Ressaltamos achados comuns: “invisibilidade” da família de origem; frequente (re)violação da criança; falhas na Rede de Proteção; significações sobre “família saudável” e papel das concepções sobre apego que permeiam o campo.

9) Recomendações –As várias pesquisas e discussões do nosso grupo apontam para a necessidade de capacitação dos vários atores envolvidos nas medidas de proteção (conselheiros tutelares, equipes interprofissionais, operadores do direito, etc), bem como a articulação dos atores que participam de situações de acolhimento familiar, institucional e adoção – pais, profissionais dos diferentes contextos, crianças, entre outros – num efetivo trabalho em rede, que possibilite o desenvolvimento integral destas crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas, atendendo tanto a seus direitos como aos de suas famílias. Em primeiro lugar, parecem-nos fundamentais medidas que garantam às famílias de origem boas condições de emprego, saúde, educação e moradia, dentre outras. Medidas simples, como creches e ensino fundamental em tempo integral e de boa qualidade, por exemplo, já contribuiriam para diminuir drasticamente o número de crianças abrigadas. Além disso, propomos, dentre outras medidas: (a) criação de cadastros ou bancos de dados sobre as crianças, adolescentes e suas famílias, nos diferentes serviços, que registrem sua história e seus percursos; (b) melhor definição e implementação dos critérios de acolhimento institucional e familiar e formação dos profissionais que executam o acolhimento, em especial dos conselheiros tutelares; (c) formação em serviço, supervisão e apoio às famílias acolhedoras e aos educadores e demais profissionais dos abrigos, que os posicione como “parceiros” no trabalho de proteção às crianças e adolescentes; (d) criação de serviços de atendimento que acompanhem e apoiem as famílias no pré e pós-adoção; (e) valorização da atuação e maior participação de profissionais da área nos Conselhos Municipais (de Direitos da Criança e do Adolescente; da Saúde, da Educação, dentre outros). Em termos de legislação, vários destes pontos têm apresentado importantes avanços. A título de exemplo podemos citar o documento de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009) e a Lei nº 12.010 (2009). Cabe agora colaborarmos enquanto profissionais para implementá-los na prática.

10) Observações e destaques – Para outras referências buscar Grupo de Investigação sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar e Adoção – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.